



Reforma política começa a ser votada hoje pelos senadores



Gerardo Menges/Agência Senado

Desincompatibilização para reeleição no Executivo, fim das coligações proporcionais e novas regras para criação de partidos são três temas de consenso que estão na pauta

Os líderes partidários do Senado chegaram a acordo sobre prioridades na reforma política e vão se reunir às 15h para confirmar as votações que devem começar hoje. Na semana passada, os temas sobre mudanças político-eleitorais foram debatidos em sessão especial com convidados. **3**

Claudio Abramo, Gilmar Mendes, Renan Calheiros, Murillo de Aragão e Romero Jucá compõem a mesa da sessão temática no dia 24

Comissões elegem presidentes **2**

Caminhoneiros buscam acordo **7**

Uso da água motiva projetos **6**

Lei orçamentária 2015 recebe emendas de 267 parlamentares

Sessão conjunta de senadores e deputados pode votar hoje a proposta orçamentária de 2015. O relator,

Romero Jucá, deu aos parlamentares eleitos em outubro o direito de apresentar emendas. **7**

Nova regra para analisar vetos está na pauta do Congresso

O Congresso deve votar hoje o projeto que muda o procedimento de análise dos vetos presidenciais. Na

semana passada, não houve consenso sobre a proposta. Também consta da pauta a votação de quatro vetos. **8**

especial **Cidadania** Energia mais cara, cidadão mais atento

Falta de chuvas, afetando a geração das usinas hidrelétricas; uso mais intenso das termelétricas, que têm custo de operação maior; e mudanças recentes a partir da renovação de contratos com as empresas do setor encareceram as contas de luz. Consumidores têm de ficar atentos aos reajustes, ao sistema de bandeiras tarifárias e a medidas para economizar energia. **4 e 5**

Dar prioridade a eletrodomésticos com selo de conservação de energia é uma das estratégias para proteger o bolso



Jorge Coelho/Eletronews

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Teste da linguinha obrigatório em recém-nascidos
Lei 13.002/2014



LIBERDADE PARA NOSSAS LÍNGUAS!

O teste da linguinha nos recém-nascidos agora é obrigatório nas maternidades de todo o país.

O Senado aprovou a Lei nº13.002 que determina a todas as maternidades a realização do teste da linguinha. Com ele o médico vai determinar se a criança tem língua presa, o que pode prejudicar a fala e a amamentação.

O teste é mais uma conquista para uma saúde pública eficiente e um futuro mais seguro para as nossas crianças.

Saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei



Comissões de Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, Direitos Humanos e Educação e Cultura se reunirão hoje. Amanhã será a vez da Comissão de Desenvolvimento Regional

Semana do Senado terá agenda legislativa cheia

A AGENDA DO Senado passa a ficar mais cheia nesta semana, com o início dos trabalhos de 5 das 12 comissões permanentes. Além das quatro que já haviam anunciado as primeiras reuniões semana passada, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) marcou encontro para amanhã, às 14h.

Hoje reúnem-se as Comissões de Ciência e Tecnologia (CCT), às 9h; de Meio Ambiente (CMA), às 11h; e de Direitos Humanos (CDH), às 11h15. Amanhã será a vez da Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR), às 11h30.

Conforme o Regimento Interno do Senado, a primeira reunião da comissão em uma nova legislatura deve ser presidida pelo senador mais idoso entre os seus membros — no caso da CE, João Alberto Souza (PMDB-MA). A reunião será dedicada à eleição do presidente e do vice. A CE deverá confirmar o nome de Romário (PSB-RJ), indicado pelo seu partido para a presidência.

A CE conta com 27 cadeiras. Dessas, 22 já foram preenchidas com as indicações dos

partidos e blocos partidários. As cinco vagas ainda existentes cabem ao Bloco da Maioria (três) e ao PP (duas).

Não é necessário aguardar todas as indicações para que a comissão inicie os trabalhos — a primeira reunião pode ocorrer com a maioria simples dos membros presentes.

Duas outras comissões permanentes já com presidentes indicados ainda não confirmaram as primeiras reuniões. A Comissão de Relações Exteriores (CRE) deverá ser presidida por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), enquanto a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) deverá ser presidida por Ana Amélia (PP-RS).

Cinco outras comissões ainda não tiveram os presidentes indicados. Três delas devem ser presididas por senadores do PMDB: as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Assuntos Sociais (CAS) e de Serviços de Infraestrutura (CI).

O líder do partido, Eunício Oliveira (CE), comandará reunião da bancada hoje para tratar do assunto. Entre

os senadores que poderão ocupar a presidência da CCJ, estão Edison Lobão (MA), Garibaldi Alves Filho (RN) e José Maranhão (PB).

Já a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), cuja presidência cabe ao PT, poderá ser presidida por Delcídio do Amaral (MS) ou Gleisi Hoffmann (PR). A bancada petista vai se reunir ao meio-dia de hoje para tratar do assunto.

Por fim, a Comissão Senado do Futuro (CSF) caberá ao PTB. O partido ainda não informou quem indicará para o cargo.



Ex-atleta, Romário vai presidir a Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Quem presidirá as comissões

COMISSÃO	PRESIDENTE	PARTIDO
CAE Comissão de Assuntos Econômicos	A definir	PT
CAS Comissão de Assuntos Sociais	A definir	PMDB
CCJ Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	A definir	PMDB
CCT Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	Cristovam Buarque (DF)	PDT
CDH Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	Paulo Paim (RS)	PT
CDR Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo	Davi Alcolumbre (AP)	DEM
CE Comissão de Educação, Cultura e Esporte	Romário (RJ)	PSB
CI Comissão de Serviços de Infraestrutura	A definir	PMDB
CMA Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	Otto Alencar (BA)	PSD
CRA Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	Ana Amélia (RS)	PP
CRE Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	Aloysio Nunes Ferreira (SP)	PSDB
CSF Comissão Senado do Futuro	A definir	PTB

Delegação brasileira discute mobilidade nas comunicações

A delegação brasileira que está participando, desde ontem, do Mobile World Congress, em Barcelona, na Espanha, se reuniu para debater os principais temas que serão abordados no encontro.

O congresso de Barcelona reúne executivos, empresários, especialistas e autoridades

para discutir as tendências que determinarão os rumos da mobilidade nas comunicações nos próximos anos.

Walter Pinheiro (PT-BA) informou que essa primeira reunião discutiu a agenda do congresso com enfoque nos seguintes temas: necessidade de espectro para o serviço

móvel pessoal; qualidade dos serviços, preços e cobertura dos serviços móveis; segurança cibernética; e comunicação máquina por máquina (M2M), “considerada parte integrante da internet das coisas, que traz vários benefícios para a indústria e negócios”, conforme destacou o senador.

— O Brasil já é o quarto maior mercado de M2M, com quase 10 milhões de máquinas conectadas. Foram defendidas propostas de desoneração do Fistel [Fundo de Fiscalização das Telecomunicações] para M2M, dentro do contexto de estímulo às cidades inteligentes — disse.

O senador fez uma prévia da apresentação que fará hoje no painel com o tema “Regulação: política para apoiar uma sociedade cada vez mais móvel”. Ele falará sobre o Projeto Cidadão Inteligente, cujo objetivo é criar uma rede entre o governo, as pessoas e as empresas.

Renan decide não participar de jantar entre Dilma e PMDB

Em nota divulgada ontem, o presidente do Senado e do Congresso, Renan Calheiros, informou que não participaria de reunião entre a presidente Dilma Rousseff, ministros e líderes do PMDB para discutir a coalização de apoio ao governo.

Nota

Decidi abster-me do jantar entre o PMDB, a presidente da República e ministros, em que se discutirá a coalizão.

O presidente do Congresso Nacional deve colocar a instituição acima da condição partidária. Considero o encontro como aprimoramento da democracia.

Senador Renan Calheiros
Presidente do Congresso Nacional

Lindbergh pede estratégia para retomar crescimento

Lindbergh Farias (PT-RJ) disse que o governo precisa adotar estratégia de retomada de crescimento para enfrentar a atual perspectiva de recessão econômica. Para ele, isso depende da presidente Dilma, que deveria se dirigir à nação para defender emprego e o crescimento. Ele julga a retirada de direitos dos trabalhadores um equívoco.

Lindbergh defendeu a tributação do mercado financeiro, do capital e das grandes fortunas para reverter reformas de caráter regressivo adotadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Para ele, a isenção de lucros e dividendos pelas multinacionais as estimula a enviar dinheiro às suas matrizes e prejudica o Brasil.

Jorge Viana relata situação dramática com cheias no Acre

Jorge Viana (PT-AC) lamentou as dificuldades enfrentadas por cidades do Acre em função das cheias. A capital, Rio Branco, em estado de calamidade, tem cerca de 85 mil desabrigados, informou.

Viana disse que o Acre está recebendo apoio do Ministério da Integração e da Defesa Civil, mas frisou que a ajuda precisa ser maior porque a situação piorou no fim de semana. O senador esteve, na tarde de ontem, na Presidência da República para tratar do assunto.

— Temos agora a maior cheia do Acre e de Rio Branco. Serviços públicos não funcionam, pontes não podem ser utilizadas, transporte coletivo está suspenso. O governador e o prefeito decretaram ponto facultativo na cidade. O corte de luz deixou mais de um terço da cidade sem energia.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Na pauta, nova regra para o ICMS das pequenas empresas.

PRESIDÊNCIA Bancada feminina

13h Almoço com a bancada feminina; às 16h, ordem do dia; às 19h, sessão do Congresso no Plenário da Câmara.

CCT Instalação e eleição

9h Instalação dos trabalhos e eleição do presidente e vice para biênio 2015–2016.

MULHER Comissão mista

10h Instalação dos trabalhos e eleição da Mesa 2015–2016 da Comissão Mista da Violência contra a Mulher.

CMA Início dos trabalhos

11h A Comissão de Meio Ambiente instala trabalhos e escolhe presidente e vice-presidente para o biênio.

CDH Novo comando para 2015–2016

11h15 A Comissão de Direitos Humanos (CDH) instala trabalhos e elege presidente e vice-presidente.

CONGRESSO Vetos

19h Sessão conjunta do Congresso para apreciar o Projeto de Resolução do Congresso 1/2015, vetos e o Projeto de Lei do Congresso 13/2014, que trata do Orçamento Geral da União para 2015.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **Comissão de Ciência e Tecnologia**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Partidos definiram três dos primeiros temas a serem analisados pelo Plenário. As propostas, que alteram a Constituição, já devem estar na pauta da sessão de hoje à tarde

Líderes definem pauta da reforma política

A DESINCOMPATIBILIZAÇÃO DE cargos no Executivo para disputa da reeleição, o fim das coligações proporcionais e as mudanças nas regras para criação de partidos serão os primeiros temas da reforma política a serem votados no Plenário do Senado. Segundo o secretário-geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira, eles foram apontados pelos líderes como prioritários para a reforma e já devem entrar na pauta de hoje.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, chamou uma reunião de líderes para as 15h para definir a pauta da sessão. Ele observou que não há acordo sobre todos os temas, mas enfatizou que é importante dar o primeiro passo e iniciar as votações.

— Quando não há consenso, o Parlamento delibera, vota. Se nós não reformarmos a política, nós seremos todos reformados — disse.

Renan lembrou que o Senado aprovou há mais de uma década uma reforma política profunda que incluía de voto facultativo a definições claras sobre financiamento de campanhas. A proposta, porém, “não andou na Câmara”.

Consenso

Os líderes já entraram em acordo sobre a votação de três temas. Entre eles, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 40/2011, do ex-senador José Sarney, que restringe as coligações partidárias. A matéria foi discutida na legislatura passada e aguarda votação em primeiro turno. Pelo texto, as coligações valerão somente para eleições



Sessão exclusiva sobre o tema semana passada reuniu debatedores e senadores para discutirem propostas para mudar o sistema político-eleitoral do país

majoritárias (presidente, governador, senador e prefeito), sendo vedada a associação de partidos para as disputas de deputados federais e estaduais e vereadores.

— Acabar com as coligações valoriza os partidos e, acima de tudo, contribui para a verdade das eleições, porque há deputados que se elegem com 600 votos enquanto outros [não se elegem] com mais de 1 milhão. Isso não representa a verdade eleitoral — disse Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ao defender o texto em sessão temática sobre a reforma política semana passada.

Outra PEC confirmada na pauta é a 73/2011, que exige desincompatibilização do presidente, do governador e

do prefeito que queiram se reeleger. Do ex-senador Wilson Santiago, ela mantém a possibilidade de reeleição, mas obriga o governante a se licenciar do cargo no período eleitoral para concorrer novamente.

Outra proposta incluída nas primeiras votações da reforma é a PEC 58/2013, de Valdir Raupp (PMDB-RO), que exige, para criação de um partido político, o apoio de eleitores em número correspondente a, pelo menos, 1% do eleitorado nacional (hoje equivale a cerca de 1,3 milhão).

Pelas regras atuais, são exigidas assinaturas equivalentes a 0,5% dos votos válidos na última eleição para a Câmara (Lei 9.096/1995), o que corresponde a

cerca de 500 mil assinaturas.

A mudança também foi defendida em Plenário nos últimos dias por Walter Pinheiro (PT-BA), que cobrou novas regras para criação de partidos.

— Na medida em que nosso modelo permite a criação de partido exclusivamente para um processo de trocas e barganhas no período eleitoral, não há nenhuma contribuição para o processo político. Portanto, o primeiro passo para uma boa reforma política é estabelecermos regra — afirmou.

O líder do PMDB no Senado, Eunício Oliveira (CE), disse que o partido tem posições claras sobre a reforma e que os três projetos sugeridos por Renan são de consenso do PMDB.

Reguffe propõe fim de doações privadas para campanha e padronização de programa eleitoral

Proibir a doação de recursos privados para financiamento de campanhas eleitorais é o objetivo de projeto apresentado por Reguffe (PDT-DF). A proposta (PLS 36/2015) estabelece financiamento exclusivamente público, mas sem o repasse de dinheiro a candidatos, partidos ou coligações.

A ideia é que a Justiça Eleitoral promova licitações para contratação de produtoras de programas de televisão, de rádio e de gráficas para a impressão dos panfletos de campanha. Os programas de TV e de rádio seriam padronizados, com o mesmo fundo e o mesmo locutor, a mesma duração e o mesmo tempo de veiculação diária, conforme o cargo eletivo em disputa. Os panfletos, por sua vez, seriam impressos e entregues em quantidades iguais aos

candidatos, conforme o cargo. “Com isso, os candidatos se destacariam pelas propostas e compromissos de campanha, e não pelo montante financeiro utilizado”, defende o senador.

Reguffe considera que a doação de empresas a candidatos e partidos é uma das principais mazelas do sistema político. Ele acredita que o projeto ajudará a garantir mais igualdade na disputa. “O patrocínio empresarial às disputas eleitorais permite que o poder econômico interfira de maneira determinante no resultado das eleições, desvirtuando e aviltando a autêntica vontade popular em todas as esferas políticas no país”, argumenta.

O projeto será examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em caráter terminativo.

Mudança no sistema político deve ser orientada pelas demandas dos eleitores, defende Collor

As propostas de mudança no sistema político-eleitoral devem ter por base as demandas da sociedade, defendeu ontem Fernando Collor (PTB-AL). O brasileiro, disse o senador, quer renovação dos quadros políticos, compromisso dos políticos e partidos com o eleitor e mais poder para fiscalizar os governos e os eleitos. O povo também quer mais participação nas decisões políticas, sistema eleitoral com regras mais simples e “voto destituente”, para cessar um



mandato parlamentar. Collor citou pontos que ele considera essenciais à reforma. Entre eles, voto facultativo e candidatura avulsa para governantes, mandato de seis anos para cargos eletivos e fim da reeleição para governantes.

— É para ele, o eleitor, que devemos direcionar o novo processo político, ainda que eventualmente consideremos que algumas soluções e alternativas não sejam as ideais para nossas perspectivas ou pretensões políticas.

Capiberibe quer que alterações comecem pelo fim da reeleição, principal problema hoje

João Capiberibe (PSB-AP) propôs que a reforma política comece pelo fim da reeleição para o Executivo.

Para ele, esse é o principal problema do modelo brasileiro, pois os políticos começam o mandato já pensando na reeleição e na formação de base política que dê sustentação aos governos. Ele também quer o fim do financiamento privado de campanhas.

O senador ainda lamentou o descalço do governo, que não consegue concluir as obras que tornarão tra-



fegável a ponte sobre o Rio Oiapoque, que une o Amapá à Guiana Francesa.

A ponte, de 378 metros, foi concluída em 2011, mas no local não há travessia porque ainda faltam prédios de órgãos públicos, como Receita e Polícia Federal.

Para Capiberibe, o Brasil deveria fazer como a China, que, com investimentos internacionais, cresce 8% ao ano. Ele lembrou que, pela fronteira com a Guiana Francesa, o Brasil se aproxima da União Europeia.



Pela proposta, os programas eleitorais teriam fundo e locução iguais e o mesmo tempo de duração

Brasil paga mais por energia elétrica

Consumidores têm de ficar atentos ao sistema de bandeiras tarifárias, que vigora desde janeiro, e a medidas de economia para enfrentar o reajuste nas contas de luz, que ontem tiveram aumento médio de 23,4%

Milena Galdino

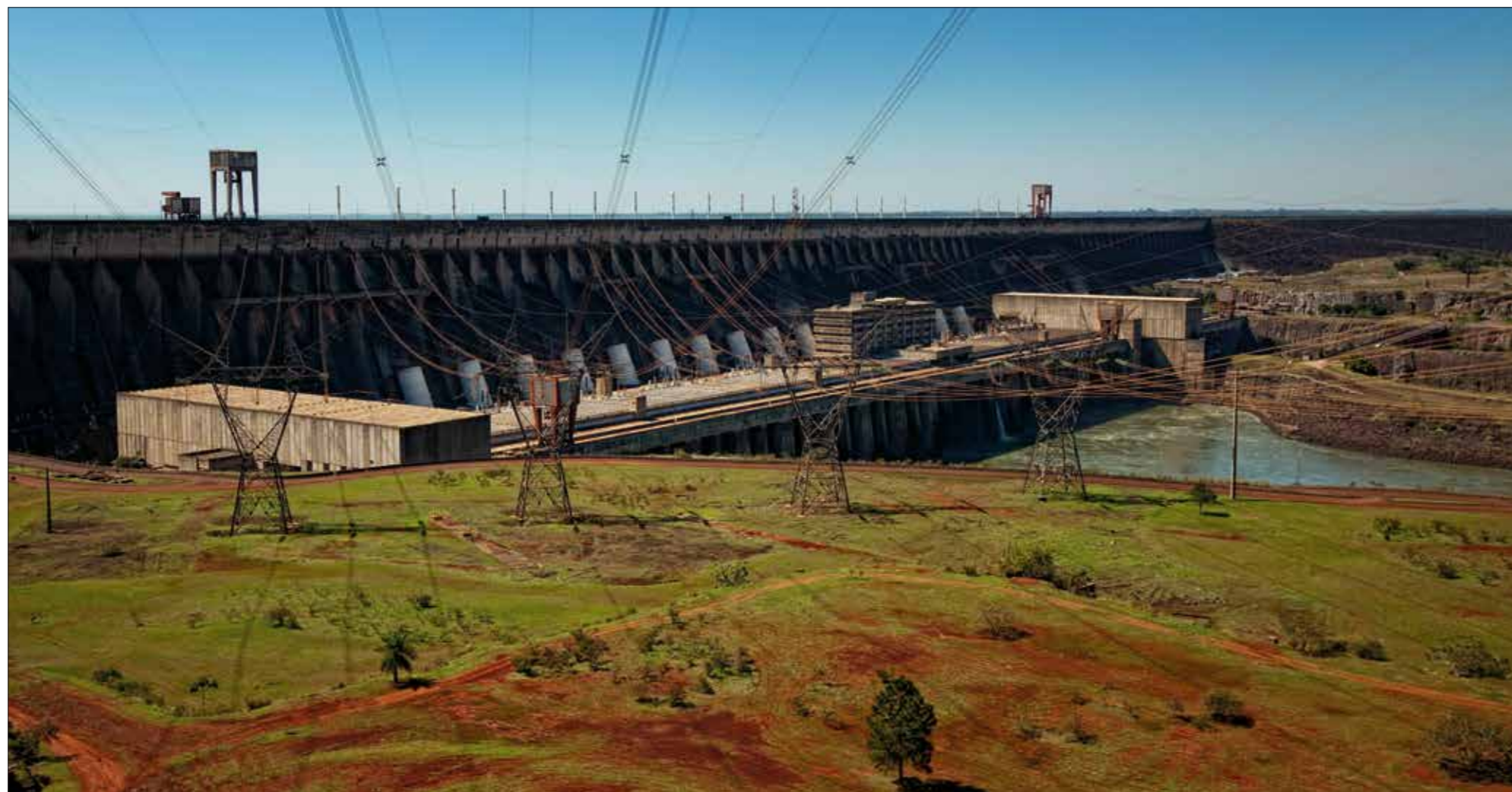
Em 2001 o Brasil passou por um racionamento de energia. Quem dava festa era obrigado a alugar gerador para não correr risco de deixar os convidados no escuro. Em noites normais, algumas famílias deixavam de acender lâmpadas, optando por lanternas ou lampiões. Outras aposentaram o chuveiro elétrico e instalaram aquecimento solar.

Catorze anos depois, o fornecimento de energia volta a preocupar. O primeiro alerta veio nas contas de luz. Além de valores mais altos, elas passaram a trazer o sistema de bandeiras tarifárias, que indicam a cobrança ou não de taxa adicional em função das condições da geração de eletricidade no país (*leia texto no canto superior direito*).

Ontem passou a valer a revisão extraordinária das tarifas, com aumento de 23,4% nas contas de energia, em média. Ao todo, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorizou o reajuste das tarifas de 58 das 63 distribuidoras de energia do país. Para os consumidores do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, a alta é de 28,7%, na média — 4,5 vezes maior que a aplicada para aqueles que vivem em estados do Norte e Nordeste, que será de 5,5%, também na média.

Essa revisão tarifária extraordinária, que independe dos reajustes anuais, é uma possibilidade prevista nos contratos de concessão das distribuidoras para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato quando as empresas não têm fôlego financeiro para esperar os aumentos normais.

As hidrelétricas têm obrigação contratual de fornecer uma



Custo da energia gerada pela Usina Hidrelétrica de Itaipu é repassado apenas às contas de luz de moradores do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, que terão reajuste 4,5 vezes maior que os habitantes do Norte e Nordeste

quantidade definida de energia. Caso não consigam gerar o montante com que se comprometeram, devem comprar a diferença. Com a seca, o custo da energia no mercado de curto prazo subiu muito além do preço final de venda ao consumidor.

— As distribuidoras estão comprando por um preço mais alto e vendendo por um preço mais baixo. O prejuízo é grande — explicou o consultor do Senado para a área de minas e energia Luiz Alberto Bustamante.

Reservatórios

Principal fonte de energia do país, as hidrelétricas exis-

tentes estão com os reservatórios muito baixos pela falta de chuvas. E a construção de novas usinas encontrou a resistência de setores da sociedade contrários à inundação de locais tomados pelas águas represadas.

Além disso, os leilões de energia feitos para as distribuidoras atenderem seus clientes não surtiram o efeito desejado. Como consequência, elas precisaram comprar energia cara no mercado de curto prazo, o que reflete na conta de luz.

— O custo é elevado, mas foi baixo durante muito tempo — diz o senador Edison Lobão

(PMDB-MA), que foi ministro de Minas e Energia no governo Lula e durante o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff. Para ele, o que está acontecendo é uma readequação dos preços.

Lobão ressalta a importância da Medida Provisória (MP) 579/2013, que tratava da concessão dos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia, com o objetivo de reduzir a conta de luz para os consumidores finais. Segundo ele, se a MP não tivesse sido editada na época, a conta para o cidadão estaria hoje muito mais elevada (*saiba mais no texto ao lado*).



Sistema de bandeiras é indicado apenas por escrito em conta de morador do DF

Economize

Oito maneiras de poupar energia em casa

Compre lâmpadas fluorescentes e abandone as incandescentes, que consomem 75% mais energia que aquelas e duram dez vezes menos.

Numa casa, mais da metade do consumo de energia por eletrodomésticos ocorre quando os equipamentos estão desligados. Se estiverem na tomada, ainda que no modo de espera (*stand by*), estão puxando energia. Uma solução simples é a ligação das tomadas em régua ou filtros de linha. Se não estiver usando, desligue apenas a régua.

Num país ensolarado como o Brasil, o uso de energia solar para aquecer a água é altamente recomendado. Ele pode reduzir cerca de 30% do consumo.

Tome banhos curtos e evite os chuveiros com vazão forte de água e as banheiras.

Ao usar máquinas de lavar roupas e louças, espere para juntar o máximo de carga permitido antes de acioná-las.

Ao ligar o aparelho de ar condicionado, confira o fechamento de todas as janelas e portas do ambiente. Se possível, instale nas janelas películas que retêm o calor e use ventiladores para reduzir a necessidade de ar condicionado.

Procure comprar eletrodomésticos que tenham consumo A no selo Procel, fornecido pelo Inmetro.

Embora ainda não sejam populares, algumas máquinas de lavar roupas já acumulam a função secadora. Contudo, opte pelo varal sempre que possível.

Como a bandeira impacta o seu bolso

O sistema de bandeiras tarifárias está em vigor desde janeiro. As cores verde, amarela e vermelha indicam se a energia custará mais ou menos em função das condições de geração de eletricidade do Sistema Interligado Nacional (SIN).

O Brasil está com as termelétricas ligadas e o repasse do custo adicional chegou às contas de luz. As bandeiras sinalizam o custo de geração da energia elétrica que será cobrada do consumidor, dando a cada família a oportunidade de adaptar seu consumo antes que seja feita a cobrança.

De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), as bandeiras são apenas didáticas. Deixam evidente para o consumidor a parte

variável dos custos de energia elétrica.

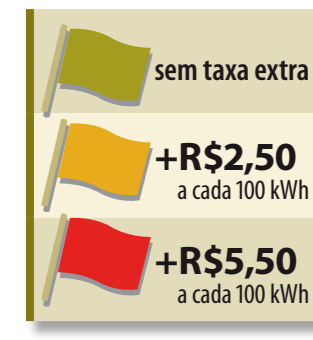
É bom lembrar que a bandeira não diz respeito ao consumo de uma moradia, mas ao custo geral de geração naquele momento. Em fevereiro, o país todo apresentava a bandeira vermelha.

A Aneel aumentou essa “taxa extra” nas medições feitas a partir de 1º de março: R\$ 2,50 a cada 100 kWh consumidos em bandeira amarela e R\$ 5,50 a cada 100 kWh consumidos em bandeira vermelha. Até o final de fevereiro eram cobrados R\$ 1,50 e R\$ 3, respectivamente.

Ao receber a conta de luz, o consumidor identifica sua bandeira do mês: verde para custo regular, sem taxa extra; amarela para o adicional; vermelha para

Níveis de alerta

As bandeiras na conta sinalizam o custo de geração da energia elétrica



o custo mais caro. Mas é preciso ficar atento. A indicação da bandeira vem escrita na conta. Não há um destaque visual.

Amazonas, Amapá e Roraima ainda não têm bandeiras porque não estão plenamente conectados ao SIN.

A medida provisória que mudou tudo

As hidrelétricas são concessões do Estado e, quando o contrato acaba, devem ser devolvidas à União. Em 2013, a Lei 12.783, resultante da MP 579, antecipou o fim dos contratos que venceriam em 2017 e os prorrogou sob novas condições, considerando que os concessionários já haviam recuperado o dinheiro investido na construção das hidrelétricas.

A prorrogação foi de 30 anos para as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia hidrelétrica e de 20 para as de geração de energia termelétrica das concessionárias que aceitaram abrir mão de até 70% da remuneração recebida.

Segundo o consultor do Senado em economia Rutelly Marques da Silva, a intenção era forçar a queda do preço para transferir ao consumidor o benefício dos investimentos amortizados. Na conta do consumidor, estimava-se que a redução seria de cerca de 20%, graças à extinção de encargos e pela redução do custo de geração e transmissão.

O percentual chegou a cerca de 16%, já que algumas concessionárias não concordaram com a MP. Outras leis transferiram ao Tesouro Nacional a responsabilidade de arcar com o valor que faltava para chegar aos 20%. As empresas alegam que tiveram prejuízo com a mudança.

Para o senador Edison Lobão, a edição da MP foi acertada.

— A MP foi capaz de reduzir estruturalmente em 20% o valor da conta de luz naquela época. Não tivesse havido aquela redução, a conta de luz hoje estaria

cerca de 80% mais elevada do que está. Portanto, foi um grande bem. Estamos cumprindo rigorosamente o planejamento do setor elétrico. O resultado disso é que nos governos Lula e Dilma houve um acréscimo de cerca de 66% em energias novas no Brasil e redes de transmissão.

De acordo com Lobão, o Brasil não passa por crise.

— Existe energia elétrica para todos. O que está havendo neste momento é o rearranjo dos preços, que há muito tempo não se elevavam — afirma.



Edison Lobão afirma que não há crise, mas apenas um rearranjo de preços

Ajuste fiscal tem reflexo na CDE

No setor elétrico, existe um encargo chamado de Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), criado em 2002, após o racionamento de 2001. O dinheiro é usado para pagar a tarifa social para consumidores de baixa renda, universalizar o serviço de energia elétrica, incentivar fontes renováveis e dar descontos na tarifa (subsídios cruzados) para determinados consumidores.

A CDE no começo recebia Uso do Bem Público (UBP) de algumas geradoras que

usam potenciais hidráulicos leiloados durante o governo Fernando Henrique Cardoso e o montante proveniente das multas aplicadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Por fim, havia uma cota paga pelos consumidores na tarifa de energia.

A MP 579/2013 autorizou o aporte direto de recursos do Tesouro para custear a CDE. Segundo o consultor do Senado Luiz Alberto Bustamante, isso foi feito em 2013 e 2014, mas não se repetirá em 2015 por

causa da crise fiscal. Ele diz que o consumidor arcará com cerca de 90% dos gastos da CDE, uma parcela de US\$ 23 bilhões.

A CDE é, inclusive, a fonte pagadora da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), que financia o combustível das termelétricas dos sistemas localizados em estados que não podem receber energia de outras regiões. Os sistemas isolados, a maioria na Região Norte, são abastecidos por termelétricas, independentemente de chuvas ou seca.

Especialistas e senador sugerem investimento na diversificação da matriz energética

Comparado a 2001, o Brasil tem hoje maior capacidade instalada de geração termelétrica — acionada quando a capacidade das hidrelétricas está comprometida. Professor do Departamento de

Engenharia Elétrica da Universidade de Brasília, Mauro Moura Severino garante que o potencial de geração de energia do país ainda é bem maior que o consumo, mas precisa ser

mais bem explorado.

— O brasileiro não é um grande gastador de energia. Mas o país tem aumentado sua demanda em 5% ao ano e a geração não está crescendo nesse volume — explica Severino.

Com reservatórios secos, o Brasil ligou as termelétricas. O dinheiro gasto para gerar corrente elétrica a partir do movimento da água é bem menor e ecologicamente mais “limpo” que queimar combustíveis — embora o custo de instalação de termelétricas seja menor.

Além disso, a operação das termelétricas emite gás carbônico, enxofre e compostos com nitrogênio, entre outros. Elas são

alimentadas com combustíveis fósseis e consomem muita água para geração de vapor e refrigeração. A resistência dessas usinas também preocupa. De acordo com o consultor Luiz Bustamante, elas foram criadas para serem emergenciais, mas operam na capacidade máxima.

— A solução é uma matriz diversificada, com diversas fontes. O Brasil é privilegiado: temos o potencial hidráulico, da biomassa, eólico, solar, nuclear (urânio), agora o petróleo e o gás natural do pré-sal.

Em outros países, houve subsídio à energia eólica e aos painéis fotovoltaicos, feitos com células que absorvem a energia do sol e

fazem uma corrente elétrica fluir entre duas camadas com cargas elétricas opostas.

O professor Severino diz que falta uma estratégia agressiva de subsídio aos painéis no Brasil. Ele calcula que a instalação de um sistema de 1 kW numa casa deve sair por R\$ 11 mil, suficiente para o consumo de carga constante. Devido aos picos de demanda energética, precisa ser um reforço para o consumo das famílias, não a fonte principal.

Orçamento

O senador Hélio José (PSD-DF) está disposto a mostrar o potencial dos painéis. Dos R\$ 10 milhões em emendas

ao Orçamento de 2015 concedidos a cada parlamentar em início de mandato, ele usou R\$ 9 milhões para dar autossuficiência a 17 escolas públicas e três hospitais do Distrito Federal que receberão as placas. Depois deve apresentar um projeto de lei para fomentar a energia fotovoltaica e acabar com as termelétricas.

— Elas precisam ser extintas — disse o senador, que é servidor de carreira do Ministério de Minas e Energia.

Em 2013 passou a vigorar a Lei 12.783, que autoriza a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a subsidiar investimentos de energia produzida a partir de pequenas centrais hidrelé-

Frank Kellner

Benedito Magalhães/Agência Senado

Pedro Frazão/Agência Senado



Hélio José destinou R\$ 9 milhões do Orçamento para placas de energia

Saiba mais

Lei que prorroga os contratos de geração: <http://bit.ly/ContratosEnergia>

Vídeo de entrevistas com os senadores Edison Lobão e Hélio José: <http://bit.ly/EntrevistasEnergia>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Comissão analisará 5 textos sobre uso da água

Incentivo a coleta de água de chuva e estímulo a empresas que economizarem o recurso são algumas das propostas que aguardam relator na CMA, que volta aos trabalhos hoje

SERÃO DISTRIBUÍDOS AOS senadores da nova composição da Comissão de Meio Ambiente (CMA), que retoma os trabalhos hoje, cinco propostas que tratam do uso da água e aguardam designação de relator. Os projetos sugerem medidas para ajudar na superação da crise hídrica que o país enfrenta.

Para reduzir a pressão sobre os reservatórios que abastecem as cidades, os senadores Humberto Costa (PT-CE), Ivo Cassol (PP-RO), Wilder Morais (DEM-GO) e o ex-senador João Durval sugerem incentivos a sistemas de coleta da água da chuva e de reúso de águas residuais.

Autor do PLS 13/2015, Humberto propõe incluir na Lei 9.433/1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, a proibição de uso de água tratada em atividades que podem ser feitas com águas de qualidade inferior, como a rega de jardins, atividades agrícolas e industriais.

Com o mesmo propósito de ampliar as fontes alternativas de abastecimento, Wilder propõe, no PLS 24/2015, que prédios públicos ou edificações privadas financiadas pela União sejam obrigadas a ter sistemas para uso de água da chuva e de reúso. Esse

também é o objetivo de João Durval, autor do PLS 112/2013. Ele propõe que seja reduzida pela metade a taxa de prestação do serviço público de drenagem pluvial urbana paga pelos estabelecimentos construídos com a tecnologia adequada e por aqueles que adotarem sistemas de captação de água da chuva. O texto já foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Também para incentivar o uso racional da água, o senador Ivo Cassol apresentou o PLS 15/2015, que obriga a implantação de sistemas de captação de águas pluviais nos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Já o PLS 397/2014, apresentado pela Comissão de Infraestrutura (CI), visa incentivar empresas que investem em processos que economizam água e melhoram a qualidade do recurso. A proposta foi sugerida por especialistas que participaram do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura, promovido pela CI em março de 2014. O projeto modifica a Política Nacional de Recursos Hídricos para prever a redução do valor cobrado pelo uso da água de empresas que fazem investimentos para tornar o uso mais racional.



Vazamento de água em Saquarema (RJ): projetos trazem soluções para evitar o desperdício

Além das matérias que tratam do uso da água, outras propostas que visam à proteção ambiental aguardam designação de relator na CMA. É o caso do PLS 344/2014, do ex-senador Kaká Andrade, que obriga a reprodução, nas represas formadas por hidrelétricas, das cheias naturais a jusante dos reservatórios. Sem a medida, argumenta

o autor, não é possível assegurar a continuidade de espécies aquáticas, adaptadas aos períodos de cheia e de vazante dos rios.

Já o PLS 382/2014, de Wilder Morais, prevê incentivos para adoção de energia solar nos sistemas de irrigação na área rural. Para o autor, a expansão do uso desse tipo de energia reduzirá os custos das culturas irrigadas e também a demanda por energia hidrelétrica

A distribuição das matérias para os relatores é responsabilidade do presidente da Comissão de Meio Ambiente, que será eleito hoje, às 11h, para o biênio 2015-2016. Otto Alencar (PSD-BA) é o nome apontado para o cargo. A reunião de eleição será presidida pelo senador mais idoso entre os 17 parlamentares que compõem a comissão.

Defesa do consumidor e fiscalização social

Os senadores da CMA também vão analisar projetos que ampliam mecanismos de defesa do consumidor. É esse o propósito do PLS 328/2014, do ex-senador Antônio Aureliano. Ele sugere que os rótulos de café informem as espécies incluídas na embalagem, a qualidade do grão e a presença de impurezas.

O ex-senador Ruben Figueiró propõe que os rótulos de bebidas alcoólicas informem o valor calórico dos produtos. Na justificativa do projeto (PLS 360/2014), o autor argumenta que são produtos de alto teor calórico, que podem agravar casos de sobrepeso e obesidade.

Também estão em pauta, ainda

sem relator, projetos que ampliam mecanismos de fiscalização de políticas e programas públicos. É o caso do PLS 405/2014, da senadora Ana Amélia (PP-RS), que modifica a Lei 10.836/2004, que criou o Bolsa Família, para determinar ampla divulgação dos meios disponíveis para denúncia de irregularidades e desvios no programa.

Projeto proíbe governo de comprar carro estrangeiro

Entidades e órgãos públicos federais, estaduais e municipais poderão ser proibidos de comprar veículos fabricados no exterior. Ficariam de fora apenas veículos de natureza especial, sem similar com os produzidos no mercado interno. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) já está pronta para votar projeto de lei da Câmara que impõe a restrição (PLC 78/2012).

No parecer favorável à proposta, o relator, Acir Gurgacz (PDT-RO), considerou a iniciativa “oportuna e conveniente”.

“A medida vem contribuir para que haja compromisso do poder público com a economia nacional. Busca-se, portanto, proteger o mercado interno e estimular a indústria nacional”, diz o senador no parecer.

Missões diplomáticas

O relator apresentou duas emendas de redação ao projeto, uma delas para encaixar a medida na Lei de Licitações (Lei 8.666/1993). Na segunda, acrescentou nova exceção à exigência, permitindo a compra de veículos de fabri-

cação estrangeira por missões diplomáticas, consulares ou representação oficial do governo brasileiro em missão temporária ou permanente em outro país.

“Evita-se, desse modo, a imposição de proibição desarrazoada, que possa comprometer a qualidade e a eficiência na prestação de serviços pela administração pública”, argumenta Gurgacz.

Depois de passar pela CCJ, o texto será votado, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Proposta dá a certidões prazo de validade mínimo de seis meses

Projeto dá a certidões para defesa de direitos e esclarecimentos de situações o prazo de validade mínimo de seis meses. A proposta, que foi arquivada no fim do ano passado, foi reapresentada por Valdir Raupp (PMDB-RO) este ano. O PLS 33/2015 aguarda recebimento de emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que dará decisão final.

O texto altera a Lei 9.051/1995, que não dava prazo nenhum de

validade. Para o autor, a falta de lei prevendo prazo mínimo para a validade das certidões tem causado prejuízos.

“Em vários casos, o prazo estipulado de validade é tão pequeno que acaba obrigando o interessado a solicitar outras vezes o mesmo documento”, afirmou Raupp.

O senador explicou que decidiu reapresentar o projeto porque havia recebido parecer favorável de Ciro Nogueira (PP-PI).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto,
 Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Rodrigo Chia
Coordenação de Edição: Sílvio Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Parecer preparado por Romero Jucá poderá ser votado na sessão de hoje do Congresso. Ao todo, 267 senadores e deputados puderam apresentar indicações de gastos

Orçamento: novas emendas somam R\$ 2,67 bi

O RELATOR-GERAL DA proposta orçamentária de 2015 (PLN 13/2014), senador Romero Jucá (PMDB-RR), está fechando o texto que poderá ser votado na sessão do Congresso Nacional marcada para hoje.

O parecer trará uma emenda de relator contemplando as emendas apresentadas pelos novos deputados e senadores eleitos em outubro. Ao todo, 267 parlamentares puderam apresentar emendas. Como cada um teve direito a R\$ 10 milhões, Jucá terá que reservar R\$ 2,67 bilhões. A princípio, Jucá havia previsto que 240 congressistas apresentariam emendas.

O número de emendas abrange os parlamentares titulares ou suplentes que estavam no exercício do mandato até as 10h do dia 11 de fevereiro e que não apresentaram emendas



Plenário da Câmara na sessão conjunta da semana passada: proposta orçamentária volta à pauta de votações de hoje

individuais durante a tramitação da proposta na Comissão Mista de Orçamento (CMO). A regra foi definida em acordo político costurado por Jucá e pelos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Eduardo Cunha.

Os R\$ 2,67 bilhões devem vir

de cancelamentos e remanejamentos nas programações da proposta aprovada na CMO em dezembro do ano passado. Jucá afirmou que não haveria aumento de despesas, nem prejuízo para programas sociais.

As emendas individuais

apresentadas no ano passado na CMO continuam válidas. Elas somam R\$ 9,7 bilhões. A diferença é que elas terão a execução obrigatória, como determinam as regras do orçamento impositivo aprovado pelo Congresso.

Já a liberação das que se-

rão acolhidas agora pelo relator-geral vai depender de negociação com o Executivo. O motivo é que elas são, na verdade, indicações de gastos feitos pelos congressistas. Pela Constituição, as emendas ao Orçamento só podem ser apresentadas durante a análise do projeto na comissão mista. As indicações foram a saída política encontrada para viabilizar a participação, na proposta orçamentária, dos deputados e senadores novatos.

A votação do parecer de Jucá está na pauta da sessão do Congresso de hoje, mas o texto só vai a voto se houver um amplo acordo político, pois os parlamentares precisam deliberar antes sobre um projeto de resolução e quatro vetos presidenciais. Os vetos estão trancando a pauta de votações.

(Da Agência Câmara)

Blairo recomenda paciência na negociação com caminhoneiros

Blairo Maggi (PR-MT) recebeu ontem representantes de caminhoneiros dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. José Medeiros (PPS-MT) também participou da reunião.

Após ouvir reivindicações que ainda não foram contempladas em acordos já firmados com o governo federal, Blairo esclareceu que o movimento está muito fracionado, com diferentes lideranças e pautas. Diante do quadro, recomendou cautela e calma ao Poder Executivo.

— Temos que ter muita paciência e chamar esses movimentos separados dentro do movimento de transporte e conversar com cada um — sugeriu.

O grupo recebido pelo senador defende, entre outros pontos, a redução do PIS-Cofins sobre o óleo diesel. Quer ainda que em 60 dias seja criada



No Senado, Blairo e Medeiros conversam com grupo de caminhoneiros e empresários do transporte

uma tabela de preço mínimo para o frete, com reajuste sempre que houver aumento de 5% nos custos. Outra reivindicação é o perdão das multas aplicadas aos motoristas durante a paralisação.

Márcio José Corrêa, motorista de Alpestre (RS), disse que a região já sofre bastante por conta dos cami-

nhões parados, que falta combustível e as mercadorias começam a rarear nas lojas. Para ele, as reivindicações da categoria não foram atendidas, principalmente no que diz respeito aos valores dos fretes.

— A gente parou porque não dava mais. Não tínhamos mais margem de lucro. A nossa categoria está pagando

para trabalhar. O combustível subiu. O frete baixou do ano passado para cá e estamos no zero, no negativo.

O representante dos empresários do setor de cargas e dos caminhoneiros autônomos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Gilson Baitaca, assegurou que as paralisações não foram provocadas por associações ou sindicatos.

— Paramos porque o setor de transportes está inviabilizado, chegou ao fundo do poço. Não há mais condições.

Os representantes que estiveram no Senado se reuniram com o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Miguel Rossetto, no início da noite de ontem.

Um grupo de senadores — Blairo Maggi, Lúcia Vânia (PSDB-GO), Waldemir Moka (PMDB-MS) e Elmano Férrer (PTB-PI) — representa o Senado nas negociações com os caminhoneiros.

Nova lei para a categoria é sancionada sem vetos

A presidente da República, Dilma Rousseff, sancionou ontem, sem vetos, a nova Lei dos Caminhoneiros. De acordo com o governo, essa era uma das reivindicações da categoria, que continua fazendo protestos em rodovias de vários estados. A medida faz parte do acordo apresentado pelo governo para que os caminhoneiros desbloqueiem as estradas.

A lei deve ser publicada na edição de hoje do *Diário Oficial da União*. De acordo com a Secretaria-Geral da Presidência, ao cumprir o compromisso com a sanção da lei, o governo entende que há uma tendência de normalidade nas rodovias. Por meio de nota, o governo também prometeu tomar as medidas necessárias para permitir a prorrogação por 12 meses do pagamento de caminhões adquiridos pelos Programas ProCaminhoneiro e Finame, do BNDES, outra parte do acordo.

A nova lei determina o pedágio gratuito por eixo suspenso para caminhões

que não estiverem carregados. Também define o perdão das multas por excesso de peso dos caminhões recebidas nos últimos dois anos e muda a responsabilidade sobre o prejuízo. Agora, os contratantes do frete serão responsabilizados pelo excesso. Também é prevista a ampliação dos pontos de parada e a exigência de exames toxicológicos na contratação e no desligamento dos motoristas da empresa, para averiguar a existência de substâncias psicoativas que causem dependência ou comprometam a capacidade de direção.

Uma das novidades quanto à jornada de trabalho dos motoristas profissionais é a possibilidade de trabalhar por 12 horas seguidas, sendo quatro extraordinárias, desde que haja essa previsão em acordo coletivo entre a empresa e os funcionários. A redação anterior da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) admitia a prorrogação de apenas duas horas extras às oito horas regulares.

(Da Agência Brasil)

Reivindicações devem ser atendidas, defende Paim

Paulo Paim (PT-RS) cobrou do governo um entendimento para que sejam atendidas algumas reivindicações básicas apresentadas por caminhoneiros em greve. Os líderes do movimento reúnem-se com o governo na terça-feira que vem.

Paim, que é autor do Estatuto do Motorista, lembrou que a greve já causa prejuízos na economia de muitos setores. Ele disse que as reivindicações dos caminhoneiros devem ser atendidas, entre elas o aumento do parcelamento na compra de caminhões e a revisão no preço dos pedágios e do combustível.

— Os caminhoneiros têm direito a melhorar o frete, não dá para trabalhar de graça. O país depende das rodovias. Não temos ferrovia para corresponder à expectativa do transporte. Não temos hidrovia. É caminhão mesmo — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

País depende demais das rodovias, alerta Medeiros

José Medeiros (PPS-MT) acredita que a manifestação dos caminhoneiros pode servir para que o Brasil reveja a dependência do transporte rodoviário para escoar a produção. O senador defendeu a diversificação do transporte no país, especialmente por meio de ferrovias, lembrando que o transporte rodoviário é prejudicado pelas péssimas condições de estradas e, no Norte, pelas fortes chuvas.

Ele afirmou que em Mato Grosso, que depende das BRs 364 e 163 para escoar a produção, a construção de um ramal, conhecido por Fico, ligando o norte do estado à Ferrovia Norte-Sul, pode representar agilidade no transporte.

— O objetivo é que continue rumo a Rondônia e Acre e que possamos em breve ter a Ferrovia Transcontinental e uma saída para o Pacífico — afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Relator do texto, senador Jorge Viana está confiante em que líderes partidários chegarão a acordo sobre mudanças na análise de vetos

Congresso deve votar regra para veto

O CONGRESSO NACIONAL se reúne hoje, às 19h, para concluir a votação do projeto de resolução que altera o procedimento de apreciação dos vetos presidenciais (PRN 1/2015). Também está prevista a votação de quatro vetos.

Na terça-feira passada, não houve acordo para votar o projeto de resolução, o que impediu a análise dos vetos, que trancam a pauta. Mesmo assim, o relator do PRN 1, senador Jorge Viana (PT-AC), disse que as lideranças partidárias chegarão em breve a um consenso sobre as mudanças nas regras de apreciação de vetos:

Para Viana, a mudança tornará a apreciação de vetos mais ágil, sem prejuízo da apresentação de destaques e do amplo debate acerca das matérias vetadas pela presidente da República.

— Estou confiante em que, na próxima semana, chegaremos a um texto que incorpore as preocupações dos líderes da oposição e que garanta a intenção das Mesas do Senado e da Câmara de aperfeiçoar o Regimento Comum para que o Congresso aprecie os vetos com celeridade e com debate democrático — disse.



Para Viana (3º à dir.), alteração vai agilizar a apreciação de vetos, sem prejudicar apresentação de destaques e debate

Estão na pauta do Congresso os Vetos 31 a 34 de 2014. O Veto 31/2014 foi apresentado ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 150/2009, que altera a Lei 4.119/1962 determinando que a duração da jornada de trabalho dos psicólogos e a definição do percentual de remuneração extraordinária devem ser fixados por instrumento coletivo de trabalho.

Com o Veto 34/2014, a presidente Dilma impediu que o Projeto de Lei (PLS) 161/2009 reduzisse a contribuição previdenciária para patrões

e empregados domésticos, que passariam a pagar 6% do valor do salário ao INSS, em vez dos atuais 12%, no caso dos patrões, e entre 8% e 11%, no caso dos empregados. Na justificativa do veto integral, Dilma diz que o texto contraria o interesse público. Com a mudança, o governo deixaria de recolher cerca de R\$ 600 milhões por ano, o que, argumenta, “não é condizente com o momento econômico atual”.

Também aguardam análise do Congresso os Vetos 1 a 4/2015, mas eles ainda não

entraram na pauta. O Veto 4 impediu o reajuste de 6,5% da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) e modificou 213 dispositivos do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 18/2014, resultante da MP 656/2014, editada para estimular o crédito e prorrogar isenções tributárias. Durante a tramitação, os parlamentares incluíram a atualização dos valores da tabela do IRPF em 6,5%. O governo foi contra o aumento em percentual maior que o defendido pela equipe econômica, de 4,5%.

Adiamento da Lei das ONGs é promulgado

Foi promulgado, no fim da semana passada, o adiamento para julho da entrada em vigor da Lei das ONGs. Pelo texto original, as novas regras para as relações entre o Estado e organizações não governamentais passariam a valer em outubro de 2014.

A mudança foi feita por meio da Medida Provisória 658/2014, para garantir mais tempo para a adaptação por parte das ONGs e dos governos federal, estaduais e municipais. Durante a tramitação no Congresso, a relatora da MP, senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), chegou a ampliar o prazo para novembro deste ano. Essa e outras alterações, porém, foram rejeitadas pela Câmara e pelo Senado.

O texto da MP, transformado agora na Lei 13.102/2015, também estabelece que parcerias preexistentes que venham a ser prorrogadas devem seguir as novas regras.

Telmário pede a Rodrigo Janot que não se intimide

Telmário Mota (PDT-RR) pediu ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que não se intimide com ameaças e abra os inquéritos necessários para levar à prisão políticos corruptos envolvidos no escândalo da Petrobras. Ele também pediu à Justiça que torne os inquéritos públicos, porque “os brasileiros não aceitam mais” que investigações do tipo permaneçam sob sigilo.

O senador lamentou a notícia de que muitos dos deputados da CPI criada pela Câmara para apurar irregularidades da Petrobras receberam doações das empreiteiras envolvidas nas denúncias. Quanto ao Senado, Telmário pediu que sejam apuradas todas as denúncias envolvendo senadores:

— Esta Casa tem que agir. Tem que já colocar em funcionamento a Corregedoria, a Comissão de Ética. E os senadores aqui denunciados têm o compromisso moral com o Brasil e com esta Casa de vir à tribuna dizer se estão ou não envolvidos nesse escândalo.



Gerência Magoelo/Agência Senado

Luiz Henrique elogia penitenciária de Santa Catarina

Luiz Henrique (PMDB-SC) afirmou ontem que a Penitenciária Industrial de Joinville, que começou a funcionar em 2006, mostra que o sistema penitenciário pode ser melhorado e que os presidiários podem ser reeducados e reinseridos na sociedade.

Ele disse que a penitenciária tem boa infraestrutura e vigilância, educação e trabalho aos apenados. Além disso, há apenas quatro pessoas por cela e as visitas podem ser feitas em qualquer dia da semana. Todas as celas têm TV e são limpas. Luiz Henrique afirmou que a penitenciária foi construída pelo estado de Santa Catarina, mas é administrada por uma empresa privada, que garante alimentação, roupas e atendimento médico.

— No primeiro semestre de 2014, a reincidência foi de 8%. No país em que a reincidência média atinge 80%, reeducar 92% dos presos é uma prova de que podemos mudar a realidade penitenciária — declarou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Hélio José quer uso de energia alternativa

Hélio José (PSD-DF) elogiou decisão do relator-geral do Orçamento, Romero Jucá (PMDB-RR), de permitir aos novos deputados e senadores a apresentação de emendas ao Orçamento ainda em 2015. Ele anunciou intenção de destinar recursos para a eficiência energética das unidades de educação e saúde no Distrito Federal, com ênfase em equipamentos movidos a energia solar que tornem os hospitais autossuficientes em eletricidade.

O senador quer destinar recursos para trocar equipamentos antigos de unidades de ensino como forma de reduzir o consumo de energia e estimular a educação ambiental. Ele frisou que o ciclo de fatura de eletricidade acabou e o preço da energia se tornará um ônus cada vez maior para o orçamento público.

— O desembolso de recursos do Estado em geração mais barata de energia, de eletricidade, tornará as unidades de ensino imunes ao aumento desse insumo, preservando, assim, os recursos para as atividades pedagógicas — explicou o senador.

Gurgacz: soldado da borracha deve ter pensão maior

Acir Gurgacz (PDT-RO) destacou o início do pagamento de indenização de R\$ 25 mil aos soldados da borracha, brasileiros que deixaram suas casas para extrair látex na Amazônia durante a 2ª Guerra Mundial. Os seringueiros ou os dependentes deles já têm direito a pensão de dois salários mínimos. O senador, porém, apoiou o pleito de associações que querem equiparar o benefício mensal ao dos brasileiros que combateram na Europa durante a 2ª Guerra, hoje de cinco salários mínimos.

— Esse sim será o verdadeiro reconhecimento que o governo dará aos soldados da borracha.

Houve mais de 50 mil soldados da borracha, mas só cerca de 11,9 mil pessoas serão beneficiadas com a indenização, garantida pela Emenda Constitucional 78.

Gurgacz também reclamou do asfalto usado em rodovias de Rondônia. As fortes chuvas que caem no Norte provocaram interrupção das obras de recuperação das BRs 364, 425 e 429.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Aloysio, Dilma se tornou “refém” do ministro Levy

Aloysio Nunes (PSDB-SP) criticou a política econômica do governo, avaliando que as medidas de aumento de arrecadação resultam em um “fracasso redondo” por não serem acompanhadas de reformas que aumentem a eficiência. Para ele, a presidente Dilma Rousseff se tornou “refém” do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, que não pode ser demitido porque isso representaria um abalo na credibilidade do país.

O senador afirmou que Levy não consegue avaliar consequências mais amplas de suas medidas de ajuste, que, em sua opinião, resultam em perda líquida das condições de investimento. Ele ainda atacou o pagamento de juros elevados nas chamadas operações compromissadas, que consomem dez vezes mais recursos do que será arrecadado com o aumento de tributos.

— Não vejo por parte da presidente a capacidade de se desvencilhar dessa lógica em que se aprisionou.



Waldemir Barreto/Agência Senado